

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.362 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2001

DEFESA NACIONAL

Quintão explica edital de compra de aviões para FAB

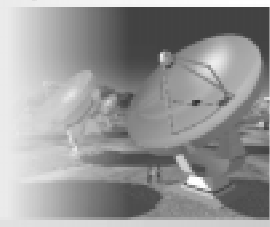
PÁGINA 4

EDUCAÇÃO

Projeto valoriza produção local para rádios e TVs

Mudança proposta

50% da programação veiculada entre 6h e 18h nas rádios e entre 18h e 22h nas televisões seria constituída de atrações voltadas para a cultura local e regional



PÁGINA 6

Congresso vota proposta do governo para mudar PPA

Em sessão convocada para as 18h30 de hoje, o Congresso Nacional examina alterações propostas pelo governo no Plano Plurianual de Investimentos.

PÁGINA 5



Plenário discute garantia de recursos para Amazônia e Nordeste

PÁGINA 3

CAE

Índice de remuneração da poupança pode mudar

PÁGINA 3



Vice-presidente do Vasco será ouvido sobre irregularidades

PÁGINA 4

Jader Barbalho comunicou que renuncia hoje à Presidência do Senado



PMDB escolhe candidato à Presidência do Senado

Senadores do PMDB reúnem-se às 18h para escolher o candidato do partido que concorrerá à Presidência do Senado. A tradição da Casa é que a legenda com a maior bancada, atualmente o PMDB, indique o ocupante do cargo. O candidato vitorioso ocupará o lugar de Jader Barbalho, que, conforme anunciou, irá renunciar à Presidência do Senado.

PÁGINA 2

Combate ao terrorismo e ameaça de guerra preocupam senadores

Carlos Patrocínio diz que posição brasileira em caso de conflito armado deverá ser discutida pelo Congresso, Paulo Hartung pede esforços pela paz e Lauro Campos afirma que o capitalismo não sobrevive muito tempo sem guerra

PÁGINA 8

PMDB indica hoje candidato à Presidência do Senado

A reunião da bancada será às 18h. Devem ser discutidos os nomes de José Alencar, José Fogaça, José Sarney, Renan Calheiros e Ramez Tebet

A bancada do PMDB no Senado reúne-se às 18h para definir quem será o candidato do partido à Presidência da Casa. A tradição do Senado é de que o partido com a maior bancada, atualmente o PMDB, indique o ocupante do cargo.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou quinta-feira, depois de quase dois meses de licença, que reassumiria o cargo mas renunciaria ao posto esta semana. Ele afirmou que, ao deixar a Presidência, estaria contribuindo para solucionar o impasse político devido a divergências com o ex-senador Antonio Carlos Maga-



Jader anunciou quinta-feira, ao reassumir a Presidência, que renunciaria ao cargo

lhães. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está investigando denúncia de participação de

Jader em desvio de verbas do Banco do Estado do Pará.

Na entrevista em que anunciou que renunciaria à Presidência do Senado, Jader disse que teve o cuidado de preservar o espaço político de seu partido, o PMDB. A partir de então, cinco possíveis candidaturas começaram a ser discutidas dentro da agremiação: as dos senadores José Alencar (MG), José Fogaça (RS), José Sarney (AP), Renan Calheiros (AL) e Ramez Tebet (MS) — este licenciado para ocupar o Ministério da Integração Nacional. Um deles poderá ser indicado pela bancada para suceder o atual presidente.

Eduardo defende exploração de novas áreas para aumento da produção agrícola

Ao registrar estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que a produção agrícola brasileira deverá, pela primeira vez na história, aproximar-se dos 100 milhões de toneladas, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que, embora seja 18% superior ao do ano passado, o resultado ainda é insignificante diante da extensão territorial do país.

Segundo afirmou, se fossem ocupados 20% da área total do país, poderiam ser produzidos mais de 500 milhões de toneladas de grãos.

Eduardo Siqueira Campos disse que há um desequilíbrio total na organização produtiva do país, lembrando que 67% da produção anunciada virá de um terço do território, chamado por ele de "Brasil concentrado", ou "Brasil do Tratado de Tordesilhas", que ocupa 30% do Centro-Oeste

e menos de 2% da Região Norte. **AMAZÔNIA**

O senador rebateu a tese de que a Amazônia é intocável. Ele observou que a região é constituída de sistemas múltiplos, dos quais a mata tropical é apenas uma parcela, e que não há contradição entre preservação e uso sustentável.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que, se fossem ocupadas cerca de 30% das áreas amazônicas, mais de 100 milhões de hectares estariam aptos para produção agrícola sustentável, o que permitiria, com níveis modestos de produção, dobrar o volume anunciado para a safra de 2001.

— É preciso que o Brasil comece a desmontar os mitos da Amazônia, que são históricos: o Eldorado, o inferno verde, o pulmão do mundo e tantos outros, que permitem o modelo concentrado brasileiro, o vazio de uma



Eduardo Siqueira Campos rebateu a tese de que a Amazônia é intocável

região planetária e o crescimento da ambição do mundo sobre essa área, na qual o país não soube exercer sua soberania — disse o parlamentar.

Na opinião de Eduardo, é necessário investir em conhecimento, em desenvolvimento e em pesquisas que garantam a produção, a preservação da natureza e a sustentabilidade ambiental.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: projeto que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; projeto que introduz as disciplinas Sociologia e Filosofia nos currículos do ensino médio; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; entre outros.

18h30 — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: projeto que altera o Plano Plurianual para o período 2000/2003. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h — CPI de Futebol

Pauta: depoimento do vice-presidente administrativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 13 itens, incluindo substitutivo que muda a forma de cálculo da remuneração das cadernetas de poupança e das prestações da casa própria e ofício que encaminha pleito do governo da Bahia para contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 54,3 milhões, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Combate à Pobreza no interior daquele estado (Produzir II). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: diversos relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: 5 itens, incluindo projeto que obriga as emissoras de rádio e TV a dedicarem 50% de sua programação à veiculação de atrações locais e regionais; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — CPI das ONGs

Pauta: depoimento do deputado Sérgio Carvalho, relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: audiência pública para discutir "A Formação de uma Comunidade Latino-Americana de Nações sob o Amparo Legal da Constituição Brasileira", com a presença dos embaixadores Luís Gonzalez Arias, do Paraguai; Juan José Uranga, da Argentina, e Augustín Espinosa, do Uruguai. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: exposição do ministro da Defesa, Geraldo Magela, e outras autoridades sobre a licitação internacional destinada à compra de aviões para reparamento da Força Aérea Brasileira (FAB); requerimentos solicitando que o Senado formule voto de censura junto ao governo fundamentalista do Afeganistão, denominado Emirado Islâmico do Afeganistão, apontando a indignação dos brasileiros com relação aos acontecimentos que vêm tendo lugar naquele país, onde é flagrante o desrespeito às mulheres, submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações por parte do regime Talibã; entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE examina nova forma de remunerar poupança

Proposta determina que as aplicações, assim como o cálculo dos saldos devedores e das prestações do Sistema Financeiro da Habitação, tenham como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

Comissão do Mercosul analisa hoje Imposto de Importação

A Comissão Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 17h30, para examinar, entre outras matérias, projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que sugere alterações na legislação relativa à alíquota do Imposto de Importação. A pauta da comissão, presidida pelo senador Roberto Requião



Roberto Requião preside a Comissão Conjunta do Mercosul

(PMDB-PR), tem ainda outros seis itens, entre acordos internacionais e projetos de lei do Senado. Jefferson propõe que a decisão do Executivo de alterar as alíquotas do Imposto de Importação, para mais ou para menos, passe pelo crivo do Senado, que deverá aprovar ou rejeitar a proposta em um prazo de 60 dias de sua publicação. Caso o Senado não analise a matéria nesse período, a mesma será considerada aprovada. Essa regra, de acordo com o projeto, não será aplicada às alterações de alíquotas decorrentes de acordos de integração econômica com outros países.

Os países participantes do Mercosul têm alíquotas de importação

idênticas para os produtos que comercializam e, segundo o senador, "o Brasil tem-se caracterizado por ser um parceiro instável no que diz respeito a essa regra básica da união aduaneira, pois a todo momento, sob o pretexto de prevenir crise no balanço de pagamentos, promove alterações na sua lista de produtos em situação de exceção".

Um dos acordos a serem apreciados na reunião da Comissão Conjunta do Mercosul aprova o texto do tratado entre os governos do Brasil e do Paraguai que trata da transferência de pessoas condenadas.

A audiência pública prevista para hoje, destinada a ouvir os embaixadores dos países membros do Mercosul sobre o tema "A formação de uma comunidade latino-americana de nações sob o amparo legal da Constituição brasileira", foi cancelada porque os embaixadores não confirmaram a presença.

Fogaça aplaude Requião por promover debate sobre Alca

O senador José Fogaça (PMDB-RS) cumprimentou ontem o presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Roberto Requião (PMDB-PR), pela iniciativa de promover um debate com os embaixadores José Carlos Botafogo e Samuel Pinto Guimaraes



Para José Fogaça, a Alca "é um futuro inevitável"

sobre o ingresso ou não do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Segundo ele, as opiniões antagônicas dos embaixadores – Botafogo defende a entrada na Alca e Guimaraes não recomenda nem a participação nas conversações – permitiram que deixasse de lado a posição de "empurrar com a barriga" essa decisão.

Afirmando que a Alca "é um futuro inevitável", o senador ressaltou que a globalização afeta a todos e que o Brasil precisa estar forte para, "com grande poder de barganha, decidir se entra ou não na Alca". Fogaça lembrou que Uruguai, Argentina e Chile estão interessados na Alca "para ontem" e querem acelerar as negociações, e disse que o Brasil poderá ser prejudicado por não ter similaridades de interesses com esses países.

— O recente recuo do Chile, que já estava acertando a entrada na Alca, não significa que o Brasil tenha reconquistado a capacidade de liderar as negociações do bloco — alertou.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina hoje, em caráter terminativo, a criação de nova forma de remuneração das cadernetas de poupança e de cálculo dos saldos devedores e das prestações do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que passam a ser feitos com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), da Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A atualização monetária de valores em moeda corrente estipulados em sentenças judiciais também passaria a ser feita com base nesse índice.

A proposta será analisada na forma de substitutivo do relator e presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que englobou dois projetos de lei sobre o assunto: o primeiro, de 1997, de autoria do então senador José Serra (PSDB-SP), que se licenciou para assumir a pasta da Saúde, e o segundo, de 1999, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares ((PSB-SE).

Segundo o substitutivo de Alcântara, os depósitos de poupança terão, a cada data-base, uma remuneração composta por dois itens: uma remuneração básica, equivalente à variação do INPC, e um rendimento mínimo, de juros de 0,5% ao mês, sendo facultada, contudo, a aplicação de taxas diferenciadas maiores, proporcionais ao período de aplicação — e que

Mudanças nas regras de remuneração da caderneta de poupança e das prestações da casa própria (substitutivo do senador Lúcio Alcântara):

Ano	INPC (% a.a.)	TR (% a.a.)
1998	2,49	8,85
1999	8,43	3,33
2000	5,27	1,26

A variação do INPC passa a ser o índice de remuneração das cadernetas, substituindo a atual TR. O mesmo índice será utilizado no cálculo do saldo devedor e das prestações dos imóveis financiados pelo SFH e SFS. Comparação entre o INPC e a TR (1998-2000):

Fonte: relatório do senador Lúcio Alcântara

seriam regulamentadas pelo Banco Central.

Pela proposta original de José Serra, a remuneração básica dos depósitos das cadernetas de poupança seria feita com base no IGP-M (Índice Geral de Preços — Mercado), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), deixando ao

Conselho Monetário Nacional (CMN) a prerrogativa de fixar, a cada mês, qual seria o rendimento mínimo. Alcântara entendeu, contudo, que o IGP-M não é apropriado como fator de correção, por ser um índice afetado pelo preço das *commodities* e sensível às variações cambiais. Ponderou, também, que não seria atraente para os poupadores contarem com uma remuneração aleatória, fixada pelo CMN.

Lúcio Alcântara entendeu que o INPC é o que melhor reflete a situação do comportamento dos preços no mercado interno e o



Alcântara apresentou substitutivo à proposta

mais relacionado com o poder de compra dos trabalhadores. Com base nisso, preferiu acatar a sugestão feita pelo senador Antonio Carlos Valadares, de o saldo devedor dos empréstimos feitos dentro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) ser corrigido pelo INPC, sugerindo também a correção desse índice para a atualização das prestações.

Pelo substitutivo de Alcântara, os saldos devedores e as prestações dos contratos celebrados até 24 de novembro de 1986 integrantes do SFH e do SFS (Sistema Financeiro do Saneamento) serão também recalculados com base no INPC. Esse índice será aplicado também nas letras hipotecárias, nas obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e também na atualização monetária das sentenças judiciais de qualquer natureza.

Senado discute perenização dos fundos da Amazônia e do Nordeste

O Senado inicia hoje a discussão de proposta de emenda que acrescenta dois parágrafos à Constituição tornando o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. O texto é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM).

A proposta exige que a lei fixe os valores anuais a serem colocados nesses fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais. O mesmo



Antonio Carlos Valadares quer tornar os fundos permanentes

texto proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo federal a eles recorra na ocorrência de incerteza em relação à arrecadação tributária e ao cumprimento das metas do déficit público.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) a colocarem plaquetas nos botijões, indicando a data de engarrafamento, validade do produto e a data da última revisão do recipiente.

Com parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), será

também votado projeto da Câmara que inclui a Filosofia e a Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do currículo de ensino médio. Na Câmara, o texto foi aprovado sob o entendimento de que os conteúdos dessas matérias não são ensinados de forma adequada quando trabalhados no desenvolvimento de outras disciplinas e por professores sem a formação necessária.

Também hoje, o Senado vota o texto da nova versão do Acordo Internacional do Café, que substituirá o Aicafé/94, cuja vigência expira em setembro de 2001. Serão votados também decretos legislativos sobre atos de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de radiodifusão.

Quintão explica compra de aviões para reequipar FAB

Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional terá participação dos comandantes da Aeronáutica, da Marinha e do Exército

O ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e os três comandantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) participam hoje, a partir das 17h30, de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eles deverão prestar esclarecimentos sobre a licitação internacional destinada à compra de 108 aviões para reaparelhar a Força Aérea Brasileira (FAB). O requerimento para a realização do encontro é do próprio presidente da comissão, senador Jefferson Péres (PDT-AM), assinado também pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Emilia Fernandes (PT-RS) e Bernardo Cabral (PFL-AM).



Para Jefferson, aquisição deve resultar em aperfeiçoamento da tecnologia nacional do setor

Na audiência com Quintão e com os chefes militares – o brigadeiro-do-ar Carlos Almeida Baptista, o almirante-de-esquadra Sérgio Gitirana Florêncio

Chagas e o general-de-exército Gleuber Vieira –, os senadores devem questionar por que o edital preliminar de compra das novas aeronaves não prevê preferência para as empresas participantes que aceitem transferir tecnologia para o Brasil ou mesmo para as indústrias nacionais que fabricam equipamentos similares aos pretendidos.

Jefferson Péres concorda com a necessidade de a FAB substituir sua frota de aviões franceses *Mirage* – hoje considerados obsoletos –, mas observa que o Executivo deve fazer isso tentando melhorar a tecnologia nacional do setor, de forma a abrir espaço para vendas futuras de equipamentos da indústria bélica.

CRE discute voto de censura ao Afeganistão

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) também deve examinar na reunião de hoje, marcada para as 17h30, requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo que o Senado formule um voto de censura junto ao Emirado Islâmico do Afeganistão, governado pela milícia talibã. O documento condena o tratamento que o país dispensa às mulheres,

que, de acordo com o senador, são submetidas a toda espécie de maus-tratos e humilhações pelo regime fundamentalista do Talibã.

Durante a reunião, será analisado ainda requerimento para que o Senado envie aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier voto de censura pela intenção de clonar seres humanos. Para Tião Viana, um dos

autores do requerimento, a prática é imoral e cientificamente inaceitável.

A CRE delibera também sobre requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) para que o Senado apresente manifestação de louvor pela reaproximação, com vistas a processo de reunificação pacífica, entre a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia.

Deputado falará à CPI das ONGs sobre grilagem na Amazônia

A pedido da senadora Marina Silva (PT-AC), a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura desvios na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) na região amazônica ouve hoje, às 17h30, o deputado federal Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia. A senadora petista quer confrontar os resultados da investigação da Câmara dos Deputados com os levantamentos feitos pela CPI da Assembleia Legislativa de Roraima sobre a exploração irregular de terras no estado.

O alvo do cruzamento de dados solicitado por Marina Silva é a ONG Associação Amazônia (AA), acu-

sada de adquirir e ocupar ilegalmente uma área de 172 mil hectares no sul de Roraima. Além de confirmar essa denúncia, o presidente e o relator da CPI da Assembleia de Roraima, deputados estaduais Mecias de Jesus e Urzeni da Rocha, respectivamente, informaram à CPI das ONGs, na semana passada, que essa entidade vem recebendo doações estrangeiras sem recolher os impostos devidos ao governo brasileiro.

Na mesma reunião em que os deputados de Roraima prestaram depoimento, a CPI das ONGs tomará o depoimento do presidente da AA, o escocês Christopher Julian Clark, sobre as denúncias. Ao ser indagado pela relatora da



Marina Silva é autora do requerimento solicitando depoimento de Sérgio Carvalho

CPI, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), sobre a compra dos 172 mil hectares, Clark negou a aquisição definitiva, admitindo apenas ter negociado a cessão de posses e benfeitorias por R\$ 70 mil com moradores de áreas ribeirinhas, que teriam passado a ser sócios da entidade.

Comissão toma depoimento de vice-presidente do Vasco

O vice-presidente administrativo do Clube de Regatas Vasco da Gama, Mário Cupello, será ouvido hoje, às 10h, pela



comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as denúncias de irregularidades no futebol brasileiro.

Segundo o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a convocação de Cupello tem o objetivo de esclarecer irregularidades em que o clube estaria envolvido e apurar a real extensão da responsabilidade de cada um dos dirigentes em crimes como sonegação fiscal e evasão de divisas.

A comissão solicitou a presença de Cupello depois de o presidente do Vasco, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), convidado a depor, ter oferecido apenas o seu gabinete para o encontro com os integrantes da CPI. Na condição de parlamentar, Eurico

tem a prerrogativa de escolher o local da reunião. A CPI, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), considerou que o espaço não comportaria nem as pessoas nem os equipamentos necessários para que se realizasse uma audiência pública.



Objetivo do depoimento, segundo Geraldo Althoff, é esclarecer denúncias contra o clube



Sequestro da filha do empresário Silvio Santos foi solucionado a partir da atuação de três guardas municipais, afirmou Tuma

Romeu Tuma defende PEC que fortalece guardas municipais

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a aprovação da proposta de emenda constitucional de sua iniciativa que fortalece as guardas municipais, colocando-as sob supervisão direta do estado. O senador ressaltou que não existe a intenção de criar uma nova organização policial, mas regular uma situação de fato, que o Congresso Nacional precisa considerar e resolver com urgência.

Tuma fez um relato detalhado dos sequestros do empresário Silvio Santos e de sua filha, Patrícia Abravanel, dizendo que relembra esses episódios para demonstrar a participação decisiva que a guarda municipal de Cotia teve no esclarecimento do caso. O senador lembrou que foi a partir da ação de três guardas municipais, que perceberam uma trilha de cal que se iniciava no acos-

tamento da Rodovia Raposo Tavares e continuava por uma estrada de terra, que o sequestro começou a ser desvendado. Os guardas municipais, seguindo a trilha, prenderam o olheiro da quadrilha, que mais tarde veio a entregar os comparsas, indicando o local do cativeiro.

– A sagacidade e o destemor de integrantes da guarda civil do município de Cotia possibilitaram o rápido esclarecimento do caso, em apoio às autoridades policiais que acompanhavam o desenrolar do sequestro a distância, a pedido da família do empresário – disse.

Tuma ressaltou que a aprovação da PEC reforça o sistema de segurança pública e protege a cidadania da ação dos malfeitores, preservando o estado democrático de direito.



Pedro Ubirajara elogia esforço de Fernando Henrique para correção das desigualdades regionais

Ubirajara destaca investimentos federais em MS

O senador Pedro Ubirajara (PMDB-MS) informou ter participado, na sexta-feira, em Campo Grande, do seminário "Avança Brasil – Caminhos do Desenvolvimento", organizado pela Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul) e pela Associação Brasileira de Municípios. Ele disse que no evento foi reconhecido o esforço do presidente Fernando Henrique Cardoso para correção das desigualdades regionais.

O seminário contou com a presença dos ministros da Integração Nacional, Ramez Tebet, dos Transportes, Eliseu Padilha, do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e do chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso. Para o senador, apesar das dificuldades no campo social, "difícilmente será encontrado, na história do país, um presidente como Fernando Henrique, que, independentemente de partidos políticos, credos e ideologias, soube corresponder às aspirações de cada estado". Em sua opinião, alguns resultados positivos de certas administrações, em especial a de seu estado, governado por Zeca do PT, devem-se às parcerias firmadas com o governo federal.

– Demonstrou-se, assim, o volume de obras realizadas pelo governo federal em benefício de Mato Grosso do Sul, uma vez que o governo estadual do PT, intencionalmente, em sua propaganda, esconde a participação federal – afirmou.

O senador observou que estados e municípios já vivenciam clima pré-eleitoral. Segundo ele, Zeca do PT reconhece muito a contragosto a importância do governo federal no processo de viabilização econômica do estado, por meio de investimentos em energia e infra-estrutura, entre outros.

O senador registrou ainda ter visitado o município de Antônio João (MS), para o lançamento do Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda.

Congresso examina mudanças no Plano Plurianual 2000/2003

Aquisição de 290 mil computadores para 13,5 mil escolas públicas é um dos objetivos do governo, mas enfrenta resistência porque a licitação favorecerá a empresa Microsoft

O Congresso Nacional volta a se reunir hoje, às 18h30, para deliberar sobre mudanças propostas pelo governo no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) referente ao período de 2000 a 2003. Entre as propostas, o governo pretende aprovar o Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, atendendo, entre outros setores, o de ensino.

É justamente nesse item que se concentra a objeção da bancada opositora às mudanças propostas. O programa propiciará a compra de 290 mil computadores para 13,5 mil escolas públicas, mas o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) afirma que o processo licitatório para essa aquisição, que será financiada com recursos do Fundo de Universalização dos

Serviços de Telecomunicações (Fust), favorecerá a Microsoft.

As lideranças governistas alegam que a escolha da Microsoft resulta de pesquisa feita com as secretarias estaduais de Educação, que argumentam ser melhor trabalhar com um sistema que já conhecem, o que facilitaria também a situação de estudantes que, um dia, trabalharão nas empresas brasileiras, a maioria delas usuárias do Windows.

Entre as mudanças propostas no PPA, o governo também de-



Sessão conjunta também analisa inclusão no Plano Plurianual de recursos para o programa Esporte na Escola

seja a alocação de recursos para o programa Esporte na Escola, o que significará a implantação

de núcleos esportivos nos estabelecimentos de ensino médio e fundamental.

Armínio Fraga vai explicar desempenho da política monetária

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deverá comparecer a uma audiência pública promovida pela Comissão Mista de Orçamento, juntamente com outras comissões, para explicar aos parlamentares o desempenho da política monetária e seus efeitos sobre o eleva-



Carlos Bezerra preside a Comissão Mista de Orçamento

do patamar das taxas de juros. A reunião está marcada para quinta-feira, às 10h.

Em reunião hoje, às 14h30, a Comissão de Orçamento, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deverá examinar vários requerimentos solici-

tando a realização de audiências

públicas. Entre elas, uma para ouvir os ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os vetos do governo ao Plano Nacional de Educação e às políticas de financiamento da educação.

A essa audiência compareceriam, também, a coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Camila Croso Silva, e o presidente da Confederação Na-

cional de Trabalhadores em Educação, Carlos Augusto Abicalli.

Outro requerimento sugere a realização de audiência com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perro-ne, para falar sobre irregularidades levantadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, de Salvador.

Osmar cobra critérios claros para distribuição de recursos

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) cobrou a definição de critérios claros e justos para a distribuição entre os estados dos recursos referentes a investimentos do Orçamento da União. Ele disse que não pode concordar que o Paraná seja "tão discriminado" na hora da distribuição das verbas, especialmente no que se refere a dinheiro para investimento em áreas prioritárias, como saúde e segurança.

Trechos de matéria publicada na edição de segunda-feira da *Folha do Paraná* foram lidos por Osmar Dias para exemplificar a falta de critérios na distribuição dos recursos. Segundo a reportagem, apesar de ser o quinto estado em contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB), o Paraná, com R\$ 151,9 milhões, é o 12º no ranking dos investimentos fede-

rais previstos no Orçamento para o próximo ano.

Se a contribuição de cada estado para o PIB nacional não é o critério para a distribuição de recursos via Orçamento, a questão política também não deve ser, na opinião de Osmar Dias. Ele lembrou que o Acre, apesar de ser governado pelo petista Jorge Viana, tem a maior participação por habitante no Orçamento: R\$ 133,7. O Rio Grande do Sul, que também é governado pelo PT, vai receber R\$ 327,4 milhões, mais que o dobro do Paraná, que tem como governador Jaime



Osmar Dias afirma que o Paraná é "discriminado" na distribuição das verbas do Orçamento da União

Lerner, membro do PFL.

Osmar Dias registrou que, quando leu o título da matéria da *Folha do Paraná*, "PR terá menos verba que PI em 2002", chegou a imaginar que o critério da distribuição dos recursos fosse a renda *per capita*, para corrigir distorções regionais – maiores investimentos onde a renda fosse mais baixa. "Só que o Rio Grande do Sul tem uma renda *per capita* maior que a do Paraná e foi contemplado com mais que o dobro dos recursos destinados ao Paraná", comparou.

A falta de maior articulação da bancada do Paraná para atuar junto à Comissão Mista de Orçamento é considerada por Osmar Dias um problema que poderia ser resolvido se o governador do estado, Jaime Lerner, se dispusesse a atuar junto com os deputados e senadores.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) também defendeu uma forma mais justa de distribuição dos recursos. Ele concordou que o governo de cada estado deveria atuar mais próximo de sua bancada, buscando um entendimento. No caso específico do Acre, opinou que, se os deputados e senadores não se empenhassem na Comissão de Orçamento para garantir maior volume de recursos, seria melhor "o governador entregar a chave à União e dizer que é impossível governar".

Educação debate projeto que valoriza programas locais

Proposta de Antero Paes de Barros estabelece que metade da programação das TVs entre 18h e 22h será voltada para a cultura local

A Comissão de Educação (CE) deve analisar em sua reunião de hoje, a partir das 11h30, projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que pretende modificar o Código Brasileiro de Telecomunicações para "garantir um mínimo de defesa contra a completa pasteurização dos gostos e dos costumes populares", como justifica o autor da proposta. Pelo projeto, 50% da programação das emissoras transmitida entre seis e 18h no rádio e entre 18h e 22h na televisão será produzida localmente e voltada para a cultura regional.

O relator da matéria, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), deu parecer favorável ao projeto, mas, por meio de substitutivo, ampliou de 180 dias para dois anos, a contar da data da publicação da lei, o prazo de adaptação das emissoras à nova norma.

O substitutivo adota a multa



Antero quer evitar "mínimo de defesa contra a completa pasteurização"

prevista no projeto de R\$ 1 mil a R\$ 20 mil, atualizados na forma da legislação vigente, para os casos de descumprimento da lei. Essa punição, segundo Maldaner, é acionada como mecanismo para ajudar as emissoras regionais a deixarem de ser meras repetidoras daquelas sediadas nas capitais, especialmente no Rio de Ja-

neiro e em São Paulo.

Para o autor do projeto, a determinação de que metade da programação das rádios e tevês veiculada naqueles horários seja produzida e voltada para a cultura local não deve ser interpretada como uma postura retrógrada, "de querer fechar completamente as comunidades brasileiras periféricas às influências advindas dos grandes centros nacionais e mesmos internacionais". Seu propósito, esclareceu, é impedir a pasteurização da cultura popular.

Na pauta constam, ainda, substitutivo a projeto que obriga o uso da linguagem de sinais em todas as mensagens do governo federal e na propaganda eleitoral na televisão; projeto que denomina Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes - Gilberto Freyre e aeroporto da capital pernambucana; e dois projetos de decreto legislativo relativos a serviços de radiodifusão.

ILB vai iniciar treinamento a distância até o final do ano

Para permitir o treinamento a distância de servidores de todo o país, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) iniciou a transmissão de uma série de cursos pela televisão. Esses cursos já estão sendo captados no circuito interno do Senado Federal, mas até o final do ano serão estendidos, por meio da TV Senado, para o Brasil inteiro.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, salientou que o grande problema de prestação de contas na atual administração pública brasileira - que conta com um número estimado de 6,5 mil gerentes - não é a malversação de recursos, mas os erros decorrentes do despreparo dos servidores.

- Até dezembro, os servidores públicos de todos os 5.507 municípios brasileiros poderão acompanhar, sem sair de sua mesa de trabalho, cursos sobre licitações e contratos, elaboração de requerimentos e anteprojetos de lei, prestação de contas, acompanhamento da execução orçamentária e financeira de seus municípios e muitos outros - afirmou Agaciel.



Agaciel: cursos serão estendidos para todo o Brasil, por meio da TV Senado

A "programação laboratório", como chamou o diretor-geral, já está sendo exibida das 8h30 às 18h30, pelo canal 46 do circuito interno do Senado. Enquanto o ILB não conclui uma grade completa de cursos, estão sendo veiculados 14 treinamentos produzidos pela Direct to Company S/A (DTCOM).

Agaciel Maia destacou que o Senado já tem toda a estrutura necessária para empreender o treinamento a distância, como consul-

tores especializados em várias áreas e aspectos da administração pública para ministrarem os cursos; a TV Senado, para transmitir; e o ILB, com sua estrutura.

O diretor-geral lembrou as dificuldades para que servidores que trabalham em locais distantes dos grandes centros façam cursos de reciclagem. Citou, entre elas, os gastos de hospedagem e passagem. Além disso, apenas alguns funcionários são escolhidos para serem reciclados, enquanto os cursos elaborados pelo ILB a serem transmitidos pela TV Senado poderão ser vistos por todos eles.

A TV Senado, informou Agaciel, já pode ser captada por 6 milhões de antenas parabólicas em todo o Brasil. A programação também pode ser vista pelos assinantes de TV a cabo e em transmissões UHF - embora essas últimas ainda estejam restritas ao Distrito Federal. O diretor-geral afirmou que o BNDES estuda a realização de convênios para financiar a implantação de retransmissoras da TV Senado nos municípios, com custo unitário em torno de R\$ 25 mil.

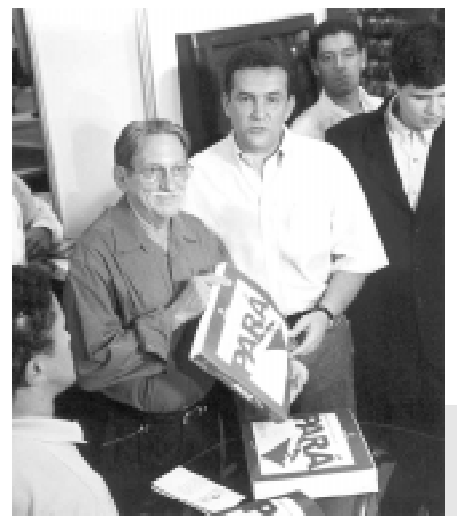
Estande do Senado distribui Constituição do Pará em braile

O estande do Senado Federal na V Feira Pan-Amazônica do Livro, em Belém, foi o local escolhido para o lançamento, na manhã do último domingo, da Constituição do Pará em braile. O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) entregou exemplares dos dois volumes da publicação para associações de deficientes visuais e bibliotecas públicas do estado.

- Precisamos dar cidadania para quem tem deficiência visual. Graças ao método braile, conseguimos oferecer a Constituição do estado e, com certeza, vamos oferecer também obras de escritores brasileiros, que vão dar oportunidade para quem tem essa deficiência de uma participação mais efetiva na nossa sociedade - afirmou Luiz Otávio, acompanhado no evento pelo governador do Pará, Almir Gabriel.

O representante da Associação de e para Cegos do Pará, Antônio Carlos de Barros, que recebeu do senador um exemplar do texto em Braile, agradeceu a oportunidade dada pelo Senado aos deficientes visuais de terem acesso direto às leis, já que a maioria das publicações na linguagem dos deficientes visuais é composta de livros didáticos.

Em sua passagem pela Feira Pan-Amazônica, Luiz Otávio também autografou livros sobre sua atuação parlamentar e a publicação *Dados Biográficos dos Senadores do Pará*, que reúne informações sobre todos os senadores que o estado já elegeu desde a inauguração do Senado, em 1826.

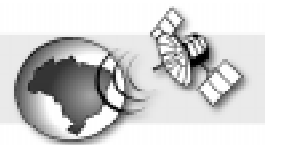


Luiz Otávio (ao centro) visita Feira Pan-Amazônica do Livro em Belém, junto com o governador Almir Gabriel

Ontem foi o primeiro dia de visita de crianças de escolas públicas. No estande do Senado, elas recebem uma revistinha que, por meio de brincadeiras, ensina noções de cidadania. Os alunos podem ainda navegar pelas páginas do Senado na Internet e usar o CD-Rom institucional que está em fase de testes e permite que a pessoa faça uma visita virtual ao Senado, enquanto obtém informações sobre a instituição e sua história. Os professores recebem um livro sobre a história do Senado e a publicação *Dados Biográficos dos Senadores do Pará*.

O Senado promove ainda uma exposição de documentos do Arquivo da Casa, como o manuscrito da Lei Áurea e as cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor. O público também tem a oportunidade de navegar pela página do Senado na Internet, assistir à TV Senado e assinar, gratuitamente, o *Jornal do Senado*.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde/Unip - Diabetes - Parte 2
6h30 - Debate - O deputado Rafael Filizola e o deputado José Carlos Mahia falam sobre os jovens políticos
7h30 - Entrevista - A chefe do Departamento de Combate à Pobreza do BID, Nora Lustig, fala sobre a pobreza na América Latina
8h - Jornal do Senado - O resumo das atividades do Senado
8h30 - Saúde/Unip - Diabetes - Parte 2
9h - As Cores do Brasil - Karajás
9h30 - Entrevista - O senador do Uruguai Juan Singer,

ex-presidente do Parlamento, fala sobre a Alca e o combate à pobreza
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após - Comissão de Educação (gravado)
13h30 - Debate - O deputado Rafael Filizola e o deputado José Carlos Mahia falam sobre os jovens políticos
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - Comissão de Relações Exteriores (ao vivo)
20h30 - Entrevista - A chefe do Departamento de Combate à Pobreza do BID, Nora Lustig, fala sobre a pobreza na América Latina
21h - Jornal do Senado - O resumo das atividades do Senado
21h30 - CPI do Futebol - Depoimento de Mário Cupelo, vice-presidente Administrativo do Vasco (gravado)
Logo após Sessão Plenária (representação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Bornhausen elogia a atuação do ministro de Minas e Energia

A decisão do ministro de Minas e Energia, José Jorge, de incluir, entre as 15 novas termelétricas a gás, uma situada no norte de Santa Catarina foi destacada, ontem, em discurso no Plenário, pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que elogiou o trabalho por ele realizado à frente daquela pasta.

Segundo o senador, a iniciativa vai permitir a geração de mais 360 mil quilowatts, o que permitirá que o seu estado ajude o país a superar a crise de energia elétrica. Bornhausen registrou ainda que o ministro José Jorge deveria inaugurar ontem um centro de defesa ambiental no Porto de Itajaí, em Santa Catarina.

SOLIDARIEDADE

O senador Jorge Bornhausen, na qualidade de presidente do Parlaódica, movimento dos parlamentares da democracia cristã da América, e do Partido da Frente Liberal, pediu aos demais senadores solidariedade na defesa da democracia colombiana e leu carta com denúncias que ele considerou extremamente graves.

A carta foi enviada pelo presidente do Partido Conservador Colombiano (PCC), Carlos Holguin Sardi, no último dia 29, na qual o presidente do PCC pede



Bornhausen: Santa Catarina contribuirá para solução da crise produzindo mais 360 mil quilowatts

o apoio dos partidos políticos na luta contra ações da guerrilha Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc). Com a proximidade das eleições, previstas para março de 2002, as Farc estão atacando parlamentares, denuncia a carta.

Bornhausen informou que os congressistas Oscar Tulio Lizcano e Luis Eladio Pérez estão seqüestrados há um ano e recentemente a esposa e filhos do senador Jaime Lozada (PCC), com mais 13 pessoas, também foram vítimas de seqüestro. De acordo com a carta lida pelo senador, a esses seqüestros soma-se o assassinato do parlamentar Diego Turbay.

Senador lamenta morte do poeta Marcos Konder Reis

O senador Jorge Bornhausen lamentou ontem o falecimento do poeta catarinense Marcos José Konder Reis, ocorrido na semana passada. Ligado a ele por laços afetivos e de parentesco, o senador afirmou que o poeta tinha obra reconhecida e começou a carreira literária em 1944, com a publicação das obras *Intróito e Tempo e Milagre*.

Segundo Bornhausen, o livro

Menino de Luto, publicado em 1947, garantiu a Marcos José Konder Reis a concessão, pelos críticos, do título de maior revelação naquele ano. Entre outras obras do poeta, o senador citou ainda *Praia Brava* e *Herança*, de 1951. Entre os muitos escritores que elogiam a obra de Konder Reis, o senador referiu-se a Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade e Mário Quintana.

Lindberg defende simplificação do sistema tributário nacional

Ele lembrou que comissão especial do Senado estuda a substituição do Imposto de Renda por um imposto único, nos moldes da CPMF

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu ontem a imediata simplificação do sistema tributário brasileiro. Ele lembrou que comissão especial do Senado estuda uma proposta inovadora para substituir o Imposto de Renda por um imposto único federal, cobrado nos moldes da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ressaltando que com a fixação de uma alíquota de 0,48%, seria possível eliminar o IR pessoa física.

A empresa brasileira, disse o senador, está perdendo competitividade internacional devido a 60 tipos diferentes de impostos que precisa pagar. Países como Estados Unidos, Grã-Bretanha e Japão possuem sistemas tributários simples, com alíquotas baixas para dinamizar os negócios, observou, para ressaltar que, quanto mais

baixos são os impostos, menos sonegação existe.

Lindberg Cury afirmou que a cobrança de uma alíquota de 1% sobre a movimentação financeira de pessoas e empresas poderia substituir, sem perda de arrecadação, o Imposto de Renda pessoa física e jurídica.

— A simplificação tributária seria imensa e os contribuintes pagariam o imposto quase sem sentir. Em relação aos servidores públicos, por exemplo, tenho certeza de que todos teriam uma sensação de aumento de salário, se pudessem deixar de pagar 27,5% de Imposto de Renda retido na



Para Lindberg, com atual sistema empresa brasileira está perdendo competitividade

fonte — afirmou.

Lindberg ponderou que o governo federal talvez não tenha interesse em modificar o sistema tributário porque a arrecadação bate recordes mês a mês, mas observou que o Senado pode e deve se empenhar em aprovar, o quanto antes, instrumentos que resultem numa simplificação do sistema tributário federal.

Viana pede atenção para setor de hemodiálise

O senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo às autoridades públicas para que dêem atenção ao problema dos doentes renais crônicos, afirmando que o setor de hemodiálise enfrenta uma situação de crise em todo o país. Ele leu correspondência recebida da Sociedade Brasileira de



Viana alertou para crise que os serviços de hemodiálise estão enfrentando em todo o país

Nefrologia sobre a situação específica no estado de São Paulo. Segundo a entidade, a Secretaria Estadual de Saúde fez um corte de 7,5% no último pagamento às clí-

nicas de hemodiálise (15% públicas e 85% conveniadas).

A entidade informa que as unidades de diálise encontram-se em situação financeira extremamente delicada, pois tiveram que contrair dívidas para a compra de equipamentos, em obediência a portaria do Ministério da Saúde, sem que fosse cumprida pro-

messagem do ministro José Serra de financiamento a juros compatíveis com a capacidade de endividamento do setor. A situação, afirma a entidade, tem facilitado a com-

pra das unidades brasileiras pelas indústrias internacionais produtoras de equipamentos e insumos, “em franca afronta à Constituição brasileira”.

Tião Viana apoiou as reivindicações da instituição, entre elas a garantia de financiamento e pagamento do tratamento dos pacientes, sem o qual correm o risco de morrer; a devolução aos hospitais do dinheiro confiscado com o corte no pagamento; e a investigação da inconstitucionalidade da cartelização e instituição de monopólio pelas indústrias de equipamentos e insumos.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) afirmou que a remuneração pelo serviço de hemodiálise é pequena, devido a uma tabela defasada.

Patrocínio destaca os 50 anos de atuação da CNA

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) cumprimentou a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) pelo 50º aniversário, a ser comemorado no próximo dia 27. Ele afirmou que a entidade representa com solidez o setor produtivo rural, reunido em cerca de 2 mil sindicatos e 27 federações, e sem-

pre se destacou como única interlocutora legal para negociar com os governos em nome dos produtores agrícolas do país.

Além de representar politicamente a classe, a CNA faz estudos profundos sobre as várias áreas da agropecuária do país, divulgando mensalmente seus trabalhos no *Informativo Técnico* e

revista *Gleba*, entre outras publicações.

Patrocínio observou que a CNA não usa dinheiro do governo para se manter, funcionando com a contribuição obrigatória dos produtores e mensalidades dos filiados dos sindicatos. O senador disse que “a ação da confederação só se tornou mais viva para o

público quando o setor se mobilizou, em 1999, e trouxe a Brasília milhares de produtores, os quais se comprometeram a aumentar a produção nacional em troca de uma solução para a dívida rural”.

CNA representa com solidez setor produtivo rural, disse Patrocínio



Cândido cobra inclusão de negros e indígenas

Ao ressaltar a importância da Conferência Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e a Intolerância realizada recentemente em Durban, na África do Sul, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) cobrou do governo brasileiro a adoção de políticas públicas visando a inclusão social dos afrodescendentes e indígenas. O senador chamou a atenção para a morosidade na tramitação da proposta de criação do Estatuto do Índio, apresentada há mais de dez anos no Senado.

Para Cândido, o Brasil, país que manteve mais escravos no continente americano e o último a abolir a escravidão, tem a obrigação moral de reparar os danos causados à população negra ao longo da história. Ele elogiou a proposta de criação de cotas para negros nas universidades, observando que a desinformação sobre a questão racial faz com que parte da sociedade acre-



Geraldo Cândido critica o texto aprovado na Conferência de Durban

dite que políticas reparatórias, a exemplo do sistema de cotas, sejam uma forma de privilegiar determinado segmento social.

O governo, na avaliação de Geraldo Cândido, deve investir em informação a fim de mostrar que os negros representam uma grande parcela da população que, “da condição de escravo, foi abandonada pelo Estado à própria sorte”. Por esse motivo, acrescentou, o Estado deve assumir a responsabilidade sobre a inclusão social dessa maioria brasileira.

Geraldo Cândido criticou o texto aprovado na Conferência de Durban, salientando que o “malabarismo” da linguagem diplomática, nesse caso, impediu a efetiva reparação aos países da África, vítimas de exploração durante séculos. O senador ressaltou que o texto considera a escravidão um crime, mas omite culpados, “deixando a culpa no passado”.

Mauro pede Comitês de Bacias Hidrográficas

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) fez um apelo ao Ministério do Meio Ambiente para que incentive a constituição, pelos poderes estaduais e municipais, dos Comitês de Bacias Hidrográficas, previstos em lei federal com o objetivo de gerir os recursos hídricos. De acordo



Mauro Miranda observa que comitês são previstos em lei

com a lei, os comitês devem ser integrados por representantes das três esferas governamentais, usuários e entidades civis ligadas à questão da água.

Mauro Miranda ressaltou a importância da formação desses comitês lembrando a crescente preocupação, em todo o planeta, com a possível escassez de água doce e com o comprometimento das bacias hidrográficas pelas práticas modernas de agricultura. Ele informou que 65% da água doce disponível no país são destinados à agricultura. A retirada da cobertura

vegetal e o uso de técnicas avançadas de manejo de solo, com o uso de pesticidas e herbicidas, trouxeram problemas para a preservação das microbacias, disse.

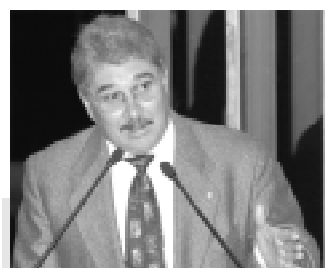
O senador afirmou que as lideranças do campo estão atentas a essas questões e têm tratado de incentivar práticas preservacionistas. Ele louvou a iniciativa da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), que, por meio de planejamentos estratégicos, realização de seminários e programas educativos, tem mostrado aos agricultores que é possível conciliar produção com preservação do solo e água. Mauro observou, no entanto, que ainda há muito a ser feito.

Embora já existam Comitês de Bacias Hidrográficas constituídos em algumas regiões do país, disse o senador, grande parte dos municípios brasileiros ainda não tomou medidas para a sua criação.

Patrocínio quer debater posição do Brasil em caso de guerra

Senador saúda o “bom senso” demonstrado em manifestações de líderes mundiais e sugere reflexão sobre motivações do terrorismo internacional

O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) apoiou em discurso no Plenário, ontem, o combate dos Estados Unidos ao terrorismo internacional, mas observou que a posição brasileira terá de ser discutida, inclusive no Congresso, se o conflito se estender a ponto de exigir tropas de outros países numa pos-



Patrocínio: debate sobre eventual participação militar terá que passar pelo Congresso

sível invasão do Afeganistão.

— A pergunta que se faz é: se o terrorista Osama bin Laden for preso, teremos superado o perigo de uma guerra? — questionou.

Patrocínio considerou como alentadoras as manifestações, nas últimas horas, de líderes mundiais que



“não querem uma guerra de qualquer jeito”, apesar de a população norte-americana apoiar ações militares contra o Afeganistão. “Parece que ainda predomina o bom senso nas relações internacionais”, disse. Para o senador, os países ricos devem questionar algumas das razões do terrorismo internacional. Na sua opinião, não há dúvidas de que a miséria e a grande concentração de riqueza nas mãos de um pequeno número de países estão entre as motivações terroristas.

Hartung apela por política de paz e cooperação

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que somente um amplo movimento destinado a banir o terrorismo da cena política, que inclua governos, organizações internacionais e movimentos sociais e religiosos, pode representar uma resposta firme para impedir que as maiores vítimas dos atentados terroristas aos Estados Unidos sejam a paz mundial e a democracia.

Ele lamentou, porém, estar ganhando força nos EUA e em boa parte das lideranças políticas dos países desenvolvidos uma posição extremada, que propaga a ideia de que o mundo está diante de um confronto entre o mundo civilizado e a barbárie. “Concordo com o professor Domício Proença Júnior, da UFRJ, quando ele diz que, se abrimos mão do estado de direito, o terror terá vencido”,

ressaltou.

Para Hartung, o Brasil tem uma importante contribuição a dar no atual quadro internacional, apesar de todos os seus problemas. A tradição brasileira de integração e convivência entre comunidades de distintas origens étnicas e geográficas pode sinalizar um caminho para a paz, fortalecendo a ideia de uma comunidade internacional unida e plural, disse.

Segundo o senador, a diplomacia brasileira, com sua tradição de independência, pode e deve esforçar-se para garantir que a resposta aos atos terroristas nos EUA seja simultaneamente eficaz e de modo



Paulo Hartung: tradição brasileira pode sinalizar um caminho para a paz

a afastar os riscos de uma generalização do conflito. “Uma resposta firme, com amplo apoio internacional, mas que não feche espaços para uma nova política de paz e cooperação”, afirmou.

Hartung lembrou que as alternativas envolvendo amplas negociações e de lenta implantação costumam ser as mais apropriadas para enfrentar problemas complexos. Resta saber se as lideranças americanas terão sensatez e equilíbrio em um momento tão delicado e traumático, disse. “Enquanto houver esperança, devemos lutar para resgatar dos escumbros uma chance para a paz”, concluiu o senador.

Lauro: capitalismo tende para conflito militar

O senador Lauro Campos (PDT-DF) lamentou que os atentados sofridos pelos Estados Unidos possam contribuir para que o presidente norte-americano consiga aprovar a construção de um escudo antimíssil para proteger o país — o que deverá custar entre US\$ 250 bilhões e US\$ 1 trilhão. Ele frisou que o capitalismo não pode sobreviver muito tempo sem a guerra.



Lauro Campos lamenta possível aprovação do escudo antimíssil

— A guerra se transformou em remédio. Ela é imprescindível para que os ricos continuem concentrando rendas e gerando os espaços da pobreza no mundo. O fundamental não é fazer a guerra, mas gerar lucros e criar empregos com as atividades bélicas — afirmou.

Citando o livro *O Desafio da Guerra*, publicado pela Editora do Exército Nacional, Lauro Campos desta-

cou que entre 1740 e 1974 foram registradas 344 guerras. Acrescentou que, ao invés da estabilidade ou do equilíbrio, é a guerra o principal problema da economia política. “O sistema capitalista tende para a guerra”, observou.

Lauro lembrou que até há alguns anos Osama bin Laden, principal suspeito dos atentados, era aliado dos EUA. “Naquela ocasião ele não estava do lado do mal, era o bem que atacava a União Soviética. No momento seguinte, o mesmo louco, maníaco, passa a ser satanizado e deve ser liquidado”, comparou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão, Carlos Patrocínio e Pedro Ubirajara